

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

REFLEXÕES SOBRE O ATUAL CENÁRIO DE FOME NA AMAZÔNIA: em defesa da agricultura de sustentação

REFLECTIONS ON THE CURRENT HUNGER SCENARIO IN THE AMAZON: in defense of sustainable agriculture

Joyce Sampaio Neves Fernandes¹
Liliane Moser²

RESUMO

O presente ensaio teórico tem por finalidade refletir sobre o atual cenário de insegurança alimentar na Amazônia, bem como problematizar a estrutura agrária na região e destacar a relevância da agricultura de sustentação no combate à fome. A partir de revisão bibliográfica e fontes de dados secundários evidenciou-se que, dentre as macrorregiões brasileiras, a região Norte apresenta os maiores percentuais de insegurança alimentar, liderando o ranking da fome no país. Além disso, constatou-se que a fome no Brasil é atravessada não somente por desigualdades territoriais/regionais, mas também por assimetrias de gênero, raça, classe e geracionais que se entrecruzam, reflexo da formação sócio-histórica do país. Nesta perspectiva, Josué de Castro, baseado nos históricos cultivos tradicionais, especialmente de quilombos e sertanejos, apresenta a agricultura de sustentação como ampliação de possibilidades alimentares de uma região. Trata-se de um modelo agrícola oposto aos grandes empreendimentos capitalistas, em que se encontram presentes relações de cooperação, policultura e práticas sustentáveis.

Palavras-chave: Fome; desigualdade social; Amazônia; agricultura de sustentação.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS). E-mail: joyce.sneves@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). E-mail: liliane.moser@ufsc.br

ABSTRACT

The purpose of this theoretical essay is to reflect on the current scenario of food insecurity in the Amazon, as well as problematize the agrarian structure in the region and highlight the relevance of sustainable agriculture in the fight against hunger. From a bibliographical review and secondary data sources, it was evident that, among the Brazilian macro-regions, the North region has the highest percentages of food insecurity, leading the ranking of hunger in the country. Furthermore, it was found that hunger in Brazil is crossed not only by territorial/regional inequalities, but also by gender, race, class and generational asymmetries that intersect, a reflection of the country's socio-historical formation. From this perspective, Josué de Castro, based on historical traditional crops, especially from quilombos and country people, presents sustainable agriculture as expanding the food possibilities of a region. It is an agricultural model opposed to large capitalist enterprises, in which relations of cooperation, polyculture and sustainable practices are present.

Keywords: Hunger; social inequality; Amazon; sustainable agriculture.

1 INTRODUÇÃO

Ao falarmos de fome, referimo-nos a uma condição em que indivíduos não têm acesso adequado a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir suas necessidades nutricionais básicas. A alimentação é um direito fundamental a vida humana, sem o qual não é possível assegurar outros direitos (saúde, educação, moradia, etc.). Neste sentido, a fome é mais do que uma sensação de vazio no estômago, é uma violação grave dos direitos humanos. Cabe ressaltar que a ausência do direito humano à alimentação não se restringe à falta de renda ou a disponibilidade dos alimentos, mas envolve vários fatores, tais como: o não acesso aos alimentos, condições apropriadas para produzi-los, o não acesso à terra, a falta de moradia, saúde, o não acesso à água potável, ausência de saneamento, o não acesso à educação, entre outros.

Josué de Castro permanece como um intelectual de referência nesta discussão, suas análises apresentam pressupostos importantes para compreender o atual cenário de fome na sociedade brasileira, especialmente na região amazônica. Para o referido autor, a fome e a má nutrição apresentam ou possuem aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos.

A partir de revisão bibliográfica e de dados secundários de pesquisas e inquéritos, constatou-se que a fome no Brasil é atravessada por desigualdades de gênero, raça, idade, classe e regionais/territoriais que estão entrecruzadas e se reproduzem historicamente. São as mulheres negras, nortistas e nordestinas, com baixa escolaridade e que residem em áreas rurais

aquelas que apresentam maiores índices de insegurança alimentar em seu nível grave. E, dentre a região norte e nordeste, o Norte lidera o ranking da fome no país.

Sabe-se que a Amazônia possui uma vasta extensão territorial, é o maior bioma brasileiro, rica em biodiversidade, fauna e flora, minérios e entre outros. No entanto, embora possua exuberantes riquezas naturais, apresenta uma população extremamente pobre, sendo aquela que mais sofre com o flagelo da fome no Brasil. Para Josué de Castro, a fome que assola o país está diretamente relacionada a estrutura agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, oriundos do processo de colonização. Neste sentido, o autor supracitado, ao se referir aos cultivos de sustento, especialmente aqueles existentes nos quilombos e no Sertão, destaca a importância da agricultura de sustentação na ampliação de possibilidades alimentares (SCHAPPO, 2014).

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o atual cenário de insegurança alimentar na Amazônia, bem como problematizar a estrutura agrária na região e destacar relevância da agricultura de sustentação no combate à fome. Para isso, o artigo está estruturado em quatro momentos: no primeiro, apresentar-se-á a estrutura agrária na Amazônia, destacando o uso do território no curso histórico da região. No segundo, apresentar-se-á as características da fome no país, com destaque à área amazônica. No terceiro, será apresentado as contribuições de Josué de Castro e a proposta da agricultura de sustentação. E, por fim, na conclusão, será feito um apanhado geral das discussões e reflexões tecidas no sentido de contribuir para o debate.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

Conforme Lusa (2022), a forma de apropriação, uso e exploração dos bens da natureza e da riqueza socialmente produzida, são fatores que determinam as expressões da questão social. Nesta direção, para compreender a questão agrária da Amazônia, faz-se necessário apresentar a trajetória sociohistórica da região, destacando as formas de uso e apropriação do território, que particularizam as demandas sociais da região.

No período colonial, de modo particular, a região amazônica atuou como fornecedora de matéria-prima e de mão de obra barata. O modelo colonial português se sustentou através da economia extrativista e da exploração dos indígenas. Além da destruição da cultura, tecnologia e religiosidades das sociedades amazônicas, esse processo de colonização provocou,

a perda, em partes, dos conhecimentos sobre a natureza e técnicas agrícolas, bem como intensos impactos ambientais e conflitos por terra. No entanto, é importante ressaltar que houve movimentos de resistência a dominação dos colonizadores no qual destaca-se a Cabanagem.

O período da borracha, entre 1850 e 1920, foi um momento de muita riqueza para região, principalmente para as cidades de Belém e Manaus. A Amazônia, através da extração do látex (matéria-prima para produção da borracha), foi então integrada às relações comerciais internacionais. A formação dos seringais proporcionou intensos conflitos pela posse da terra, levando a expulsão ou até mesmo o extermínio dos habitantes dessas áreas. Houve, nesse período, um intenso processo de migração, principalmente de nordestinos para a região, através de incentivos governamentais, a fim de trabalharem nos seringais. Conforme, Sá e Nascimento (2012), as condições de trabalho eram degradantes e de intensa exploração do seringalista (donos ou arrendatários das áreas de extração da seringa) para com o seringueiro (coletores da borracha, em sua maioria nordestinos).

Já na década de 1960, a região foi palco das políticas desenvolvimentistas, mais intensamente nas décadas de 1970 e 1980 com os grandes projetos de mineração e construção de hidrelétricas. Nesse período, a Amazônia foi considerada um enorme espaço “vazio” que precisava ser ocupado. Através do discurso midiático “terra sem homens, para homens sem terra”, slogan este que nega a existência dos seus próprios habitantes (em especial os povos e comunidades tradicionais), o governo militar buscava atrair empreendedores e imigrantes de várias regiões do país. Tal iniciativa governamental, não apenas atraiu empreendedores e empresas transnacionais para a região, como desencadeou um processo de urbanização desenfreado com a construção de estradas e rodovias. Com a implantação dos grandes projetos industriais de mineração, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, além de intensificar o desenvolvimento urbano, provocou a degradação do meio ambiente, a poluição dos rios e nascentes, devastação de ecossistemas, a queimada e desmatamento das florestas, intensificou os conflitos por território e disputas por terra e, conseqüentemente, o aumento da pobreza e das desigualdades sociais da população amazônica (FERNANDES; MOSER, 2019).

O atual cenário da região amazônica tem repercutido e preocupado autoridades internacionais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), houve um alarmante aumento do desmatamento na Amazônia, especialmente a partir do ano de 2019 (INPE, 2023). Segundo Alencar et al (2022), a perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou

os 10 mil km² ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior, 2016 a 2018. Isso se deve, dentre outros motivos, à crise política brasileira vivenciada a partir de 2016, com o golpe que levou o impeachment da presidenta Dilma e a posse de Michel Temer ao cargo (2016-2018), e várias ações governamentais extremamente destrutivas, especialmente no campo social e ambiental.

Visando atender unicamente o capital financeiro, o governo Temer aliado à bancada ruralista, promoveu uma série de flexibilizações nas leis ambientais, no qual a região amazônica foi o grande palco, que concorreram para o avanço do agronegócio, do garimpo ilegal, a grilagem e, conseqüentemente, maior degradação ambiental e a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais. Essa conjuntura que já se apresentava negativa e preocupante, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), agravou-se consideravelmente. Nesta gestão governamental, a região amazônica é considerada, essencialmente, como um espaço de exploração econômica. Planos de modernização para Amazônia, com o intuito de retirá-la do “atraso”, marcaram as falas presidenciais. Longe de atender as demandas da região, estas ideias desenvolvimentistas têm por finalidade a exploração dos seus recursos naturais visando atender unicamente os interesses do mercado externo. Além disso, tais discursos invisibiliza as comunidades tradicionais (ribeirinhos, indígenas, quilombolas e demais povos amazônicos) que ocupam o território, mascarando as expressões da questão social e os conflitos historicamente existentes.

Ademais, em apoio aos grandes latifundiários, o até então presidente Bolsonaro, tomou uma série de iniciativas altamente destrutivas, tais como: aprovação do uso de agrotóxicos; alterações no código florestal que flexibilizam os licenciamentos; enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental; redução nas áreas de preservação; rejeição a demarcação das terras indígenas para investimentos em agricultura e mineração; entre outras. Essas medidas perversas não somente contribuíram para o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, principalmente em consequência da pecuária, mas também concorreram para as mudanças climáticas e o aquecimento global, além de intensificar os conflitos por terra e a violência no campo. Esse cenário de destruição ambiental produzirá impactos significativos na segurança alimentar da população, principalmente dos povos indígenas e comunidades tradicionais. No item a seguir apresentar-se-á as características da fome no país, com destaque à região amazônica.

3 CARACTERÍSTICAS DA FOME NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

A luta pelo combate à fome é histórica na trajetória humana. Conforme Hirai (2009), ela se reveste de maior ou menor importância de acordo com a conjuntura sociopolítica e econômica de cada sociedade. No Brasil, é a partir das contribuições de Josué de Castro, em meados da década de 1930, que a concepção sobre a fome é desnaturalizada e entrará na pauta das políticas públicas do país.

Pernambucano, diplomado em medicina, Josué Apolônio de Castro (1908-1973), atuou como médico e geógrafo, professor, cientista social, político e escritor. Além da medicina e geografia, Josué dedicou-se aos estudos de outras áreas de conhecimento como a nutrição, psicologia, história, filosofia, antropologia, sociologia, educação, artes, economia política, ecologia e relações internacionais (NASCIMENTO, 2021). Sua trajetória de vida, a infância na cidade de Recife, a experiência como médico, contribuíram para que o intelectual pernambucano voltasse o seu olhar para a fome (SCHAPPO, 2008; 2014). A partir da interdisciplinaridade de seus estudos, Josué incorpora elementos sociais, políticos, econômicos e históricos em suas análises. Essa abordagem metodológica foi inovadora para a época. Assim, o intelectual pernambucano, desnaturaliza a concepção de fome, que até então era entendida como um fenômeno natural, resultado de calamidades, adventos climáticos e dentre outras situações, articulando-a a realidade sóciohistórica e econômica da sociedade brasileira.

Em sua obra clássica, *Geografia da fome*, Castro (1984) considerou a área amazônica, juntamente com as áreas do Nordeste Açucareiro e a do Sertão Nordestino, como áreas nítidas de fome. Ao analisar os dados atuais da fome no Brasil, observa-se que essa realidade permanece latente nestes territórios. Conforme o segundo inquérito realizado pela Rede PENSSAN (2022), nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, houve uma prevalência de segurança alimentar, 51,8%, 45,4% e 40,5%, respectivamente. Já o percentual da insegurança alimentar grave nestas macrorregiões foi de 9,9% no Sul, 13,1% Sudeste e 12,9% no Centro-Oeste. O oposto ocorreu com as regiões Norte e Nordeste, onde o índice de segurança alimentar foi muito abaixo da média, 28,4% e 32,0%, respectivamente. Em contrapartida, a insegurança alimentar grave foi de 25,7% na região Norte, e 21,0% no Nordeste (II VIGISAN, 2022). E dentre as macrorregiões, a região Norte segue entre as regiões com maiores índices de fome no país, como já analisado por Josué de Castro.

É necessário destacar que a fome no Brasil é atravessada por desigualdades, não

somente regionais/territoriais, como também raciais, de gênero, de classe e geracionais, expressando desigualdades historicamente construídas no país. Segundo dados do II VIGISAN (2022) o índice de insegurança alimentar grave é maior em domicílios chefiados por mulheres, 19,3%, enquanto que nos domicílios chefiados por homens o percentual foi de 11,9%. Além disso, lares chefiados por pessoas negras e pardas apresentam maiores índices de insegurança alimentar moderada e grave, 17,7% e 18,1%, respectivamente. E, dentre eles, são os lares chefiados por mulheres negras que apresentam maiores desigualdades no acesso à alimentação adequada. Conforme o II Suplemento sobre as desigualdades de raça e gênero lançado pela Rede PENSSAN (2023), obtidos a partir dos dados gerais do II Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19 (II VIGISAN, 2022), o percentual de insegurança alimentar grave em domicílios chefiados por mulheres brancas foi de 13,5%, enquanto que as famílias chefiadas por mulheres negras foi de 22%. Já os lares chefiados por homens brancos esse indicador foi de 7,8% e nos domicílios chefiados por homens negros foi de 14,3%. O grau de escolaridade também incide no acesso à alimentação, em 42,5% dos domicílios cujo responsáveis possuíam escolaridade de até 4 anos de estudo, seus moradores estavam em insegurança alimentar moderada (20,2%) ou grave (22,3%), havendo, portanto, comprometimento na quantidade de alimentos para consumo. Outro dado relevante que a pesquisa revelou diz respeito ao aumento da insegurança alimentar em domicílios com crianças com até 10 anos. Entre 2020 e 2021/2022, praticamente não houve mudança de prevalência de segurança alimentar, 34,7% e 33,9%, respectivamente. Da mesma forma, a insegurança alimentar moderada que, em 2020, foi de 18,6% e de 18,9%, em 2021/2022. Entretanto, houve uma redução importante da insegurança alimentar leve nesse período, 37,4% e 29,1%, respectivamente, e o aumento significativo na insegurança alimentar grave 9,4%, em 2020, e 18,1%, em 2021/2022. (II VIGISAN, 2022). Neste sentido, a partir dos dados apresentados, infere-se que, no período pandêmico houve uma passagem direta da insegurança alimentar leve para a grave, ou seja, aqueles que já apresentavam irregularidades quanto ao acesso aos alimentos, com a pandemia, tiveram acesso negado à alimentação, chegando à condição de fome.

Por questões logísticas, não foi possível à Rede PENSSAN coletar dados específicos que versam sobre a insegurança alimentar entre os povos e comunidades tradicionais. É sabido que historicamente essas populações são impactadas pela insegurança alimentar e têm seus direitos fundamentais violados. Embora não haja percentuais precisos que demonstrem, há

estudos locais que identificam essa realidade. Fernandes (2020), em sua pesquisa intitulada *“Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA”*, identificou que as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças encontravam-se em condição de insegurança alimentar grave e a procura pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dava-se, principalmente, pela busca do auxílio-alimentação e do Programa Bolsa Família. A fonte de renda destas famílias é basicamente a coleta do açaí, no período da safra, que acontece no primeiro semestre do ano, momento em que se obtém o melhor faturamento. Após esse período as famílias sentem dificuldades em manter seu sustento e o acesso a itens básicos de alimentação.

No item a seguir será apresentado a agricultura de sustentação, proposta de reforma agrária defendida por Josué de Castro.

4 AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA

A agricultura de sustentação, na análise de Josué de Castro, tem como principal pressuposto o combate à fome e a má nutrição a partir da produção diversificada de alimentos. Assim, ao analisar a estrutura agrária do país, o referido autor faz duras críticas a economia mercantil baseada na exportação de matéria-prima aos países europeus e, posteriormente, aos Estados Unidos. Para Castro (1984), a fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico. Esse processo de exploração das riquezas, desdobrou-se em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: “o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da ‘lavoura nômade’ do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação” (CASTRO, 1984. p, 281).

Conforme Josué de Castro, tais acontecimentos históricos, que marcaram a economia brasileira, contribuíram para o modelo agrário exportador “Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, 1984. p, 281).

Portanto, para o referido autor, a fome no país está diretamente relacionada a estrutura

agrária tradicional baseada no latifúndio e na monocultura, oriundos do processo de colonização. O atraso do setor rural é percebido por Josué de Castro como uma das principais causas do subdesenvolvimento do Brasil, para superar essa condição, era necessária uma mudança radical a partir da implementação de uma verdadeira reforma agrária (NASCIMENTO, 2021). É a partir desta compreensão que Josué de Castro destaca a importância da agricultura de sustentação no combate à fome. O autor concebe o termo “agricultura de sustentação” para referir-se aos cultivos característicos da policultura que ampliam as possibilidades alimentares de uma região (SCHAPPO, 2008).

Para a realização de sua análise, Josué de Castro baseia-se nos históricos cultivos tradicionais, especialmente dos quilombolas e sertanejos. “Nessa agricultura encontram-se presentes relações de cooperação, policultura, práticas sustentáveis em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais” (SCHAPPO, 2014. p, 308). Nesta perspectiva, Josué de Castro, apresenta a agricultura de sustentação como um modelo agrícola alternativo aos grandes empreendimentos capitalistas no combate à fome. A prática do policultivo possibilita a constituição de uma alimentação saudável (livre de agrotóxicos e transgênicos), variada e rica em nutrientes. Além disso, com a diversificação dos cultivos, a cultura alimentar regional é valorizada, proporcionando, assim, o fortalecimento da economia local. Outro ponto importante é a preservação ambiental, uma vez que nessa agricultura são utilizadas práticas sustentáveis, evitando o esgotamento do solo, a contaminação dos recursos hídricos e a degradação do meio ambiente.

Nestes termos, a agricultura de sustentação constitui-se também em um projeto político de reforma agrária e de política alimentar e nutricional para o país, visto que a ausência do direito à alimentação envolve questões que vão além da oferta ou do acesso ao alimento em si ou de um mínimo de renda, demandando estratégias que contribuam para a efetivação do conjunto dos direitos sociais e em uma proteção social que atenda às necessidades básicas do ser humano e não apenas a alimentação. (SCHAPPO, 2021).

5 CONCLUSÃO

A partir das reflexões tecidas, vemos que o Brasil permanece sendo um país de fome no mundo, o que demonstra a atualidade das contribuições de Josué de Castro. Vale ressaltar que, em 2014, o Brasil já foi referência internacional no combate à fome, deixando de figurar o Mapa

da Fome da ONU, o que representou uma conquista histórica para o país. No entanto, essa conjuntura positiva irá retroceder, especialmente após o impeachment da presidenta Dilma. Com (des)governo de Jair Bolsonaro e suas medidas perversas, somado a crise pandêmica que se instaura no mundo em 2020, o número de pessoas sem acesso à alimentação elevou-se assustadoramente e, em 2021, conforme o relatório da ONU (2022), o Brasil retorna ao Mapa da Fome.

É importante destacar que a violação do direito à alimentação é vivenciada de forma heterogênea na sociedade brasileira. A partir dos dados apresentados, constatou-se que a fome afeta de forma mais intensa as pessoas negras, especialmente as mulheres, os povos e comunidades tradicionais, pessoas de baixa renda, com baixa escolaridade, lares com crianças menores de 10 anos e residentes das áreas rurais. Isso demonstra, dentre outras coisas, que mecanismos estruturantes como o sexismo, racismo e o classismo, que compõem a formação sociohistórica do país, produzem impactos que incidem diretamente no não acesso aos alimentos. Além disso, a fome no Brasil tem lugar, um território específico, a região amazônica.

Nos dizeres de Josué de Castro, a Amazônia vivenciou, ao longo de sua trajetória, sucessivos ciclos destrutivos para a economia da região e do Brasil, de modo geral, que concorreram para o seu subdesenvolvimento. Atualmente a Amazônia vivencia uma profunda crise socioambiental em decorrência, principalmente, das mudanças climáticas. As alterações de temperatura provocam eventos extremos, desde secas intensas à grandes cheias e inundações, adensando as desigualdades sociais e precarizando ainda mais a vida daquele que se encontram em condição de fome. O modelo agrícola baseado no agronegócio é uma das principais causas dessa crise socioambiental e climática. Trata-se de uma agricultura que tem por base o latifúndio e o monocultivo tendo em vista unicamente o lucro. Além da degradação ambiental, com o uso predatório dos recursos naturais e a utilização de agrotóxicos para produção em larga escala, provoca a desterritorialização dos povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores familiares, intensificando os conflitos por terra que são históricos na região. Nesta perspectiva, Josué de Castro propõe a agricultura de sustentação como um modelo agrícola alternativo capaz de garantir o abastecimento dos alimentos, contribuindo para a redução da fome e da desnutrição. A agricultura de sustentação, refere-se à diversificação de cultivos que possibilitam a ampliação de possibilidades alimentares. Nesta agricultura estão presentes relações de cooperação, práticas sustentáveis em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Trata-se de um projeto de reforma agrária e uma

política alimentar e nutricional para o país. Portanto, para combater à fome é necessário repensar o uso da terra e a relação com a natureza. Fortalecer e incentivar a participação dos homens nas atividades da casa e de cuidado no espaço doméstico, promovendo maior igualdade na divisão sexual do trabalho. Ademais, é preciso repensar as trajetórias da juventude rural, negra e periférica que ingressam cedo no mercado de trabalho com poucas oportunidades de educação, garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola, ampliar o número de postos de trabalho e aumentar a renda dos trabalhadores. O fortalecimento da política de seguridade social é de suma importância, além de políticas de abastecimento, incentivo à agricultura de sustentação, preços acessíveis de alimentos, dentre outras ações que possam garantir uma alimentação adequada e saudável à população.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane et al. **Amazônia em chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. Nota técnica n. 9.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Brasília, fev. 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf>. acesso em: 29 de fev. 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves. **Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. **Desenvolvimento urbano-rural na Amazônia: a invisibilidade das cidades ribeirinhas.** In: III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019. Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. 3ª. Ed. Londrina: UEL, 2019. p. 1-11.

HIRAI, Wanda Griep. **Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidades produzidas.** (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5119/1/000419380-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 03 de ago. 2022.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Portal Terra Brasilis, PRODES (Desmatamento).** [S.l.], 11 de nov. 2023. Disponível em: <

http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments >. Acesso em 05 de mar. 2024

I VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Brasil, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 05 de mai. 2021.

II VIGISAN, **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2022.

LUSA, Mailiz Garibotti. Terra, floresta e alimentos: dissonância na perspectiva do capital. In: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Sandra Helena da; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. (Orgs.). **Ações Afirmativas de Cidadania na Amazônia: interações e complexidades**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022. Pág. 23-36. [E-book]

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In: CAPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (Orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. Pág. 24-33.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (ONU/FAO); Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Organização Pan-Americana da Saúde (OPS); Programa Mundial de Alimentos (WFP); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma, 2022. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-numeros-globais-de-fome-subiram-para-cerca-de-828-milhoes-em-2021> >. Acesso em: 10 de fev. 2024.

Rede PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). **II Suplemento “Insegurança Alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero”**. II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN). 1. ed. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023. Disponível em: < <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2023/06/OLHERacaEGenero-Diag-v7-R05-26-06-2023.pdf> >. Acesso em: 13 de fev. 2024.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais. In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2008.

SCHAPPO, Sirlândia. Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 306-338

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Ser Social**. Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021, p. 28-52. Disponível em: < https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423/28783 >. Acesso em: 31 mar. 2023.